

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

Diagnóstico Arquivístico do Acervo Pessoal do Fotógrafo Sebastião Carvalho Leme

Thiago Rafael Martins, Unesp - PPGCI, ORCID:0009-0006-9476-8775, Brasil,
thiago.rafael@unesp.br

Telma Campanha de Carvalho Madio, Unesp - PPGCI, ORCID:0000-0002-7031-2371, Brasil,
telma.madio@unesp.br

Vinicius Gustavo Franco, UNESP - PPGCI, ORCID: 0009-0002-0783-5150, Brasil,
vinicius.g.franco@unesp.br

Exo: Preservação, Conservação e Prevenção de Desastres

1 Introdução

Na contemporaneidade, os arquivos pessoais têm ganhado maior visibilidade e reconhecimento no campo da *Arquivologia*, ao transcender seu papel como fontes de valor histórico para se consolidarem também como artefatos de reflexão teórica e aprofundamento metodológico. Esse movimento de valorização está vinculado às transformações nas práticas de preservação da memória, ao interesse por trajetórias individuais e às formas de constituição de patrimônios documentais ligados a sujeitos, famílias e coletividades.

Nesse contexto, amplia-se o debate sobre os modos de tratamento, organização e acesso a documentos que não se originam de entidades institucionais, mas que possuem acentuada relevância social, cultural e científica. No entanto, os estudos voltados aos arquivos pessoais no campo da *Arquivística* vêm revelando desafios metodológicos específicos no que diz respeito à organização dos conjuntos documentais. Os desafios decorrem da vinculação direta entre os documentos, a trajetória de seus produtores, os contextos sociais e culturais de produção e os processos intrínsecos de acumulação.

Diferentemente dos arquivos institucionais, cuja estrutura tende a refletir funções administrativas definidas, os arquivos pessoais apresentam lógicas próprias de organização, muitas vezes não sistematizadas. Por essa razão, torna-se necessário o desenvolvimento de procedimentos técnicos desenvolvidos para essas particularidades, capazes de assegurar a preservação das relações contextuais, das funções documentais originais e da autenticidade dos registros ao longo do tempo. Nesse contexto, o diagnóstico arquivístico configura-se como uma etapa preliminar no processo de tratamento de arquivos pessoais, particularmente por sua capacidade de fornecer uma visão abrangente e estruturada sobre o acervo e sobre a instituição responsável por sua custódia. Sua aplicação permite realizar o mapeamento das características físicas e informacionais do conjunto documental, como também a análise da procedência, a verificação das condições de conservação, a mensuração quantitativa do *corpus* e a avaliação do grau de organização existente.

Além disso, o diagnóstico possibilita a produção de indicadores técnicos e operacionais que orientam a definição de prioridades, a alocação de recursos e a formulação de estratégias adequadas para as

etapas subsequentes de tratamento, tais como a identificação, classificação , a descrição, a conservação preventiva e a difusão dos documentos (Lehmkuhl & Rodrigues, 2024).

O acervo pessoal analisado por esta pesquisa corresponde à produção fotográfica de Sebastião Carvalho Leme (Guará/SP 1918- Marília/SP 2007), fotógrafo e inventor, responsável por criar uma câmera fotográfica capaz de registrar imagens em 360 graus, considerado, desse modo, como pioneiro na fotografia panorâmica.

Ao longo de seis décadas de atividade (1940-2000), Leme documentou importantes processos históricos do Brasil, entre os quais se destaca a cobertura da construção de Brasília em 1960, transformações socioespaciais no centro-oeste paulista, bem como atuação como diretor de fotografia no filme Caiçara de 1951. Em 2023 e 2024, sua trajetória ganhou vida em duas adaptações cinematográficas, um curta e um longa-metragem¹

Nesse contexto, o problema desta investigação é: como realizar o diagnóstico arquivístico do acervo pessoal do fotógrafo?

A relevância da pesquisa está vinculada à necessidade de estabelecer parâmetros técnicos para a organização do fundo de Sebastião Carvalho Leme, cuja incorporação à Câmara Municipal de Marília, município localizado no interior do estado de São Paulo, ocorreu sem a realização prévia de levantamento informacional ou planejamento arquivístico. Justifica-se, ainda, pelo valor histórico e cultural dos registros, que contribuem para a preservação da memória social, da identidade local e do contexto histórico no qual o fotógrafo desenvolveu suas atividades.

Desse modo, a pesquisa teve como objetivo realizar o levantamento quantitativo da totalidade do acervo, estabelecendo, de forma específica, critérios de quantificação e mapeamento das divisões internas conforme a ordem original atribuída pelo produtor.

2 Referencial Teórico

2.1 Arquivos Pessoais: Conceito e histórico

Os arquivos pessoais funcionam como um elo entre a memória individual e a coletiva. O ato de uma pessoa selecionar e preservar seus próprios rastros em um acervo é, em sua essência, uma forma de se relacionar com a memória do outro, uma vez que o processo de lembrar de si mesmo é inseparável da lembrança de terceiros, cujos testemunhos podem ser incorporados mesmo que de forma involuntária, como destacado por Assis (2009, pp.39).

Olhando para gênese, o interesse nos arquivos pessoais surgiu no âmbito social, a partir da Historiografia, que tradicionalmente via neles fontes de informação. Contudo, essa relação se intensificou nas últimas décadas do século XX. Isto posto, conforme aponta Assis (2009), o aumento do interesse e procura por acervos de pessoas é resultado direto de um amplo movimento de renovação na prática historiográfica. O processo envolveu, em um primeiro nível, uma transformação conceitual, marcada pelo desenvolvimento da “Nova História Cultural” e por uma redefinição que alargou a noção do que pode ser considerado um documento ou monumento histórico. (Le Goff, 1993)

Nesse contexto de renovação, a mudança teórica se traduziu em novas práticas e focos de pesquisa. Assis (2009) detalha que o surgimento de abordagens, como a micro-história, na qual altera a escala de observação para o particular, e o crescente interesse acadêmico por temas antes considerados “menores”, como a vida privada, a história do cotidiano, questões de gênero e a trajetória de grupos marginalizados, tornaram os arquivos pessoais indispensáveis para os historiadores e pesquisadores no âmbito da historiografia. Foi essa “redescoberta” do indivíduo e de suas representações que posicionou o acervo privado como uma fonte primária e substancial para a ciência histórica contemporânea.

No âmbito da Arquivologia, a consolidação do conceito de arquivo pessoal como uma *práxis* Arquivística foi impulsionada por publicações

seminais nas décadas de 1960 e 1970. Entre os primeiros trabalhos de grande impacto que formalizaram essa visão, destacam-se “*Public and private records*” de Schellenberg, nos anos 1960, seguido, na década de 1970, por obras como o “Manual de Arquivística”, da Associação dos Arquivistas Franceses e “Arquivos Modernos”, também de Schellenberg (Britto & Corradi, 2021, pp.151). No contexto da *Arquivologia* brasileira, a primeira obra seminal de destaque para o debate subsequente foi “Arquivos Permanentes” (1991), de Heloísa Bellotto, na qual um dos temas abordados é a questão dos “Arquivos Privados” (Crivelli & Bizello, 2021, pp. 133).

Com base na análise de Crivelli e Bizello (2021, p. 133) sobre a obra de Heloísa Liberalli Bellotto (2006, pp.254-256), os autores examinam a perspectiva de Bellotto ao estabelecer uma distinção conceitual entre arquivos públicos e privados, que diverge da abordagem jurídica. Bellotto (2006) argumenta que a definição legal, em que caracteriza como privado aquilo que não é público, é insuficiente para a análise *arquivística*. Em contrapartida, a autora propõe uma abordagem fundamentada nos princípios da proveniência e da organicidade para examinar os documentos privados.

Crivelli e Bizello (2021, pp.133) destacam que Bellotto (2006) propõe uma segmentação dos arquivos privados em três categorias distintas: a primeira categoria compreende os *arquivos econômicos*, constituídos por acervos de entidades privadas com fins lucrativos, como empresas e indústrias; a segunda categoria abrange os *arquivos sociais*, referentes a conjuntos documentais de organizações não governamentais sem fins lucrativos, como sindicatos e associações. Por fim, a autora identifica os *arquivos pessoais* como a terceira categoria.

Acerca dos arquivos pessoais, no que tange à definição de Bellotto (2006, pp.256), eles são abrangentes por natureza, formados por documentos que reiteram as múltiplas dimensões da existência de uma pessoa, desde suas relações familiares e civis até suas realizações profissionais, intelectuais, políticas

ou artísticas. Bellotto (2006), no entanto, entende que esses acervos são pertencentes às figuras públicas ou aos cidadãos que possuem relevância para a pesquisa histórica, ao fornecerem dados sobre o contexto sociocultural de uma época e sobre a personalidade e o comportamento do produtor dos documentos.

Ainda no entendimento da *Arquivologia*, contrapondo-se a uma noção temática e individualizada, que, por vezes, limitou o tratamento de arquivos pessoais, Camargo e Goulart (2007, pp.35) argumentam que o pilar para a compreensão de um acervo pessoal está no reconhecimento de seu contexto de produção. Para as autoras, as partes de um acervo só fazem sentido se forem relacionadas tanto entre si, quanto com as funções e atividades que motivaram sua criação, formando um sistema relacional (Camargo & Goulart, 2007, .

Ademais, essa perspectiva é reafirmada por Ancona Lopez (2003, pp.73), ao explicar que o interesse da *Arquivologia* recai sobre as atividades do produtor, pois os documentos mantêm com elas uma inerente relação de prova e testemunho. Segundo o autor (pp.73),

O objetivo, então, é entender o produtor dos documentos e não a informação por eles apresentada. A compreensão da informação só será trabalhada em um segundo momento (Lopez, 2003, pp. 73).

Deste modo, a análise do contexto de produção, ou seja, quem criou o documento, quando, onde, por que e como, torna-se a condição primária para o tratamento *arquivístico*, precedendo qualquer exploração do conteúdo informativo do acervo.

De modo holístico, para Silveira (2013, pp.140), os arquivos pessoais são conceituados como o conjunto documental que representa a trajetória de um indivíduo, sendo o resultado da acumulação gerada a partir de suas atividades profissionais, vivências particulares ou da prática do colecionismo. Sua natureza privada os distingue dos arquivos públicos, uma vez que estes se originam das rotinas administrativas e jurídicas de uma instituição. Adicionalmente, diferenciam-se dos arquivos

familiares, os quais são caracterizados pela acumulação documental de múltiplos integrantes de uma família, por vezes ao longo de diversas gerações, em oposição à origem estritamente individual do arquivo pessoal.

Enquanto para Heymann (2013), os arquivos pessoais devem ser compreendidos como construções resultantes de decisões intencionais e investimentos conscientes, individuais ou coletivos, que envolvem a definição de uma imagem pública, a expressão de visões de mundo e a atribuição de significados aos documentos acumulados. Assim, a perspectiva amplia a compreensão dos arquivos pessoais para além da simples correspondência entre trajetória de vida e produção documental, ao reconhecer que os usos conferidos aos arquivos por seus titulares constituem elementos interconectados para a análise e o tratamento, ou seja, há uma intencionalidade na acumulação documental, e esta intencionalidade, por sua vez, precisará ser identificada.

Nesse sentido, Campos (2013, pp.3) ao discutir sobre acumulação em arquivos pessoais afirma:

Desconsiderar a atividade que dá origem à produção e que motiva a acumulação de parcela considerável da documentação equivaleria a ceder a esquemas inapropriados de abordagem, sublimando os desafios de ordem teórica implicados na complexa tarefa de restabelecer o sentido da acumulação documental e de entender os vínculos que articulam cada documento, conferindo-lhes a essência de sua especificidade – a organicidade –, elementos-chave do fazer arquivístico, se o considerarmos como sugere Angelika Menne-Haritz (1998), como “a ciência dos contextos e relações” (Campos, 2013, pp.3).

A reflexão de Campos (2013, pp.3) chama atenção para a necessidade de considerar, no tratamento dos arquivos pessoais, os

contextos e motivações que orientaram a produção e a acumulação dos documentos. Ao advertir sobre os riscos de se adotar abordagens desassociadas da lógica de origem dos acervos, o autor entende a centralidade da organicidade como princípio estruturante da *Arquivologia*. Nesse sentido, compreender os documentos em sua relação funcional com as atividades do produtor permite restituir (ou tentar) os sentidos originais da acumulação, evitando leituras fragmentadas ou anacrônicas.

A organicidade, nesse caso, não se limita à disposição física dos documentos, mas diz respeito aos vínculos dinâmicos que articulam os registros às práticas, intencionalidades e formas de representação do sujeito arquivístico. Por isso, o entendimento deve nortear os olhares para lidar com as especificidades dos arquivos pessoais, cuja estrutura raramente segue padrões administrativos formais, mas ainda assim expressa uma lógica interna que deve ser identificada e respeitada no processo de organização.

Assim, o interesse pelos arquivos pessoais na contemporaneidade afirma a sua importância, como fontes para a reconstrução de narrativas históricas e como espaços de preservação de memórias individuais que dialogam com contextos coletivos. Bem como, os acervos extrapolam a esfera privada, tendo perspectivas, muitas vezes, ausentes nos registros institucionais, colaborando com uma compreensão pluralizada dos processos socioculturais.

Desse modo, no âmbito da Arquivologia, o tratamento exige contextualização entre princípios que regem a área, como proveniência e organicidade, além de abordagens contextuais que olhem a natureza dos documentos pessoais.

2.2 Arquivos Pessoais: Tratamento e Organização

No contexto brasileiro, de acordo com Britto e Corradi (2017, pp.152), o tratamento e a preservação de acervos privados, no Brasil,

tiveram seu marco inicial em 1973, com a fundação do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDOC), pela Fundação Getúlio Vargas, que logo se tornou referência na década seguinte para outras instituições de arquivo.

No entanto, é importante destacar que, apenas em meados da década de 1990 e início dos anos 2000, os arquivos pessoais tiveram tratamento voltado à *práxis* da Arquivologia. Em 1980, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) publicou o “*Manual de Procedimentos Técnicos para Organização de Acervos Privados*”, porém, foi, somente em sua quarta edição, em 1998, que o CPDOC passou a incorporar diretrizes específicas para arquivos pessoais (Crivelli & Bizzello, 2021, pp.135).

O estudo de Martins et al. (2023) examina a metodologia de organização de arquivos pessoais desenvolvida pelo CPDOC, estruturada em capítulos que abrangem procedimentos iniciais, documentos textuais não impressos, materiais audiovisuais e documentos impressos. As autoras apontam que, embora o CPDOC priorize o princípio da proveniência e a manutenção da ordem original dos documentos, a instituição reconhece a necessidade de estabelecer uma estrutura de arranjo que viabilize o acesso, particularmente quando os acervos são recebidos sem organização prévia (Martins et al., 2023).

O método de trabalho inclui a classificação em séries documentais, como correspondência, documentos pessoais, produção intelectual e recortes de periódicos, além do tratamento diferenciado para materiais audiovisuais e impressos, estes últimos organizados conforme normas biblioteconômicas (Martins et al., 2023).

A pesquisa também aborda a elaboração de instrumentos de recuperação da informação, como catálogos onomásticos, de assunto e cronológicos, adaptados às características específicas de cada tipologia documental. Nesse sentido, a metodologia empregada pelo CPDOC busca conciliar a preservação da integridade dos arquivos com a sistematização

necessária para fins de consulta, sendo assim uma abordagem que articula princípios arquivísticos com requisitos operacionais (Martins et al., 2023).

A obra “*Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*”, considerada como um dos referenciais consolidados na área, de Camargo e Goulart (2007), que se dedica à análise e organização dos acervos do ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso e da antropóloga Ruth Cardoso. O Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC) foi criado em 2004, com base na Lei nº 8.394/1991 - que dispõe sobre a preservação de acervos documentais privados de ex-presidentes - e reconhecido como fundação em 2010 (Martins et al., 2023).

A obra de Camargo e Goulart (2007) divide-se em dois blocos: um teórico, discutindo contornos do acervo e opções metodológicas, e outro prático, abordando os procedimentos técnicos. O acervo, composto por documentos de FHC e Ruth Cardoso, foi organizado em três períodos (pré-presidencial, presidencial e pós-presidencial), com séries documentais como correspondência, produção intelectual e recortes de imprensa.

Camargo e Goulart (2007) enfatizam que os arquivos pessoais devem ser tratados como conjuntos orgânicos, preservando as relações contextuais entre os documentos e suas funções originais. Argumentam que “a necessidade de tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável [...] cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas articulações” (Camargo & Goulart, pp.35-36), rejeitando abordagens fragmentadas.

A metodologia adotada prioriza a contextualização, evitando tratamentos fragmentados ou baseados apenas em critérios biblioteconômicos. Conforme Camargo e Goulart (2007, pp.47), os documentos de arquivo possuem em sua natureza um vínculo referencial estável com suas entidades de origem, diferentemente de coleções sujeitas a interpretações variadas. O processo incluiu a elaboração de glossários e uma base de dados categorizada por tipologia documental, reforçando a importância da descrição

contextual para recuperação e acesso (Martins et al., 2023).

No contexto mais recente, a Casa de Oswaldo Cruz (COC), vinculada à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), dedica-se à preservação da memória institucional e ao fomento de pesquisas em história das ciências e da saúde. Como apresentado em seu “*Manual de Organização de Arquivos Pessoais*”, de 2015, a instituição adota uma abordagem ampla para arquivos pessoais, compreendendo-os como conjuntos documentais que podem incluir além do textual, mas também materiais iconográficos, audiovisuais e objetos tridimensionais, como instrumentos científicos ou espécimes biológicos, uma vez que mantenham relação orgânica com a trajetória do produtor (Fiocruz, 2015, pp.29). Esse apontamento reforça a experiência da COC no tratamento de acervos de cientistas e sanitaristas, onde itens como rochas, insetos ou lâminas histológicas frequentemente assumem função probatória, exigindo uma metodologia que evite a fragmentação arbitrária por gêneros documentais (Delmas, 2010, citado em Fiocruz, 2015).

Isto posto, o manual da Casa de Oswaldo Cruz (COC) estrutura-se em três eixos: aquisição, organização, acondicionamento e armazenamento. Na fase de aquisição, enfatiza-se a necessidade de uma avaliação prévia que considere tanto o alinhamento temático com as áreas biomédicas quanto o domínio sobre a trajetória do produtor (Fiocruz, 2015, pp.14). A etapa de organização inclui processos de identificação, ou seja, estudo biográfico e análise tipológica, arranjo funcional em grupos, como “Vida Pessoal” ou “Docência e Pesquisa”, e descrição arquivística baseada na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

O manual apresenta uma atenção à preservação da ordem original quando esta pode revelar aspectos significativos da produção documental, registrando-se tais decisões no campo “História Arquivística” na descrição arquivística (Fiocruz, 2015, pp.24).

Embora as diretrizes estabelecidas por instituições como o CPDOC, o IFHC e a COC/Fiocruz representem um norte para a

organização de arquivos pessoais, sejam eles de políticos, cientistas ou outras personalidades, o desafio contemporâneo está em tentar desenvolver procedimentos que atenda as particularidades de cada acervo. Nesse sentido, ao reafirmar a *Arquivologia* como a ciência dos contextos e os arquivos pessoais materializam essa premissa, torna-se evidente que abordagens padronizadas são norteadoras, mas ainda incipientes. No contexto desta pesquisa, o diagnóstico emerge como instrumento importante para entender a massa documental incorporada sem uma política de aquisição estabelecida.

2.3 Sebastião Carvalho Leme: fotógrafo e inventor

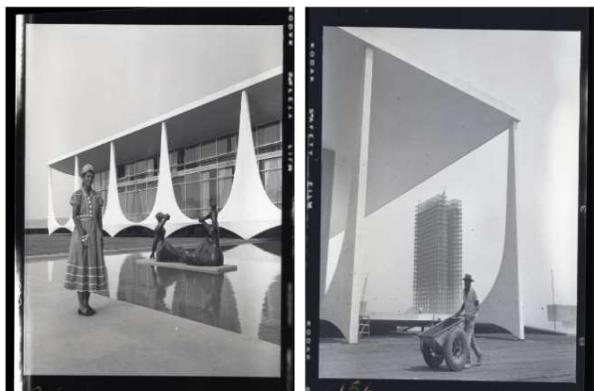
Sebastião Carvalho Leme (1918-2007) consolidou-se como uma figura importante na fotografia brasileira, em especial, no interior paulista. Sua atuação abrangeu desde o fotojornalismo até a experimentação artística, com destaque para sua invenção: a máquina fotográfica 360°, patenteada em 1957.

Como observa Lima (2009, pp.8), Leme demonstrou uma “capacidade inventiva” ao desenvolver tecnologias antes mesmo de sua difusão comercial no mercado internacional. No final dos anos 1940, foi diretor de fotografia no longa-metragem do filme *Caiçara*, da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, em Ilhabela (São Paulo).

Em sua trajetória como fotógrafo, realizou uma exposição fotográfica no Foto Cine Clube Bandeirante, principal núcleo da fotografia moderna brasileira no pós-1945, e fundou o Foto Cine Clube Marília, contribuindo para a difusão da linguagem fotográfica no interior. Sua primeira exposição individual (1946), reconhecida como pioneira no interior, afirma essa busca por uma estética que combinava documentação e experimentação, conforme destacado por Fernandes Júnior (2003, citado por Lopes, 2009) em sua análise sobre a fotografia moderna brasileira. Um dos eixos centrais da obra de Leme foi o registro de processos históricos, como a construção de Brasília e a urbanização de Marília. Lima (2009, pp.19) ressalta que suas

imagens capturavam para além da dimensão arquitetônica, no caso, "a crônica política do nacional-desenvolvimentismo".

Figura 1: Negativo Preto e Branco da Construção de Brasília- DF por Sebastião Carvalho Leme



Fonte: Arquivo Sebastião Carvalho Leme.

Como inventor, a máquina 360°, desenvolvida por Leme em 1957, representou um avanço na fotografia panorâmica brasileira. O invento antecipou-se a equipamentos estrangeiros. Além disso, Leme foi um dos primeiros a dominar o processamento de fotografias coloridas em laboratório próprio na região centro-oeste paulista, na década de 1970. Dessa forma, as inovações além das experimentações fotográficas, legitimam sua atuação e conhecimento popular como um "fotógrafo-inventor", no qual a produção técnica e artística desafiava as fronteiras entre arte e tecnologia (Lima, 2009).

Figura 2: Câmera fotográfica que registra imagens em 360º inventada por Sebastião Carvalho Leme



Fonte: Arquivo Sebastião Carvalho Leme.

Para além da fotografia, Leme engajou-se em iniciativas como a criação da Comissão dos Registros Históricos de Marília, Comissão

permanente da Câmara Municipal de Marília e a publicação da revista *Marília* (1958), que documentava a vida socioeconômica local. Segundo Lima (2009, pp.117), sua "escrita confessional" complementava o processo fotográfico, criando uma "urdidura" entre imagem e texto. Assim, sua produção fotográfica, analisada no contexto da "gênese do arquivo fotográfico", pode-se compreender como um processo criativo marcado pela "acumulação seletiva" (Lima, 2009, pp.18), que integrava registros documentais e narrativas autobiográficas.

Por fim, possível afirmar que Leme não só produzia imagens, mas orquestrava todo o processo fotográfico, se para Flusser (1985) a fotografia representa o resultado de uma tensão entre a intenção humana e o programa automático do aparelho, o acervo de Sebastião Carvalho Leme serve como um estudo de caso paradigmático da subversão dessa dinâmica. Leme não se limita ao papel do fotógrafo que meramente insere "informações imprevistas" em um programa preexistente; ele o transcende ao assumir a posição de inventor. A criação de sua própria câmera 360° não é apenas uma inovação técnica, mas sim ato que radicaliza o conceito *flusseriano* de "jogar contra o aparelho", pois equivale a reescrever as próprias regras do jogo.

Adicionalmente, a "urdidura" entre imagem e texto em sua obra e a "acumulação seletiva" que orienta seu arquivo atesta uma deliberação consciente para afirmar a subjetividade e a narrativa pessoal sobre a automação da "caixa preta". Portanto, a análise de seu fundo documental, sob a ótica *flusseriana*, revela menos a vitória pontual do homem sobre o aparelho em fotografias individuais e mais a rara instância de um produtor que buscou dominar a totalidade do processo fotográfico, do *hardware* ao discurso.

2.4 Diagnóstico Arquivístico: conceituação

O diagnóstico arquivístico, embora apresente variações terminológicas na literatura, mantém uma essência comum em suas diferentes conceituações. Conforme demonstram Almeida et al. (2020), a atividade

pode ser compreendida por múltiplas denominações - diagnóstico arquivístico, diagnóstico de arquivo, diagnóstico documental, identificação arquivística, identificação documental ou mapeamento da informação - que, apesar das pequenas divergências semânticas, convergem para um mesmo propósito, conhecer a situação arquivística de uma organização ou fundo documental.

Como estudo analítico, o diagnóstico arquivístico constitui-se como um procedimento técnico-metodológico importante para a análise sistêmica dos acervos documentais, caracterizando-se como procedimentos de avaliação que identificam as disfunções estruturais e operacionais que comprometem a eficácia da gestão documental. Conforme postula Paes (2004, pp.36), trata-se de "uma constatação dos pontos de atrito, de falhas ou lacunas existentes no complexo administrativo, enfim, das razões que impedem o funcionamento eficiente do arquivo".

A abrangência do diagnóstico arquivístico manifesta-se em suas diferentes dimensões de análise. Camargo e Bellotto (1996) destacam que o processo diagnóstico deve considerar informações basilares sobre o acervo, incluindo aspectos quantitativos e qualitativos como volume documental, localização física, estado de conservação, condições de armazenamento, ritmo de crescimento e frequência de utilização. A abordagem encontra interligação no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, pp.46), na qual conceitua-se o diagnóstico como um "censo de arquivo", voltado à obtenção de dados tanto quantitativos quanto qualitativos sobre o acervo. Complementando essa perspectiva, o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008, pp.71) amplia o escopo de análise ao incluir, em sua definição, elementos como a forma, o tipo documental e a cronologia dos documentos.

Com base em Moneda Corrochano (1995), em alinhamento com este estudo, o diagnóstico tem como objetivo, também, realizar estudos

de caráter analítico sobre a totalidade dos conjuntos documentais, uma vez que tais resultados poderão fornecer um levantamento detalhado de onde e como a informação está registrada, podendo, assim, pensar em estratégias de preservação e intervenções emergenciais.

Para Souza *et al.* (2024), o diagnóstico é a etapa inicial para a definição de soluções, sendo fundamentado na observação do fenômeno e nos referenciais teóricos e metodológicos. Nesse contexto, Lopes (2009) identifica dois enfoques: o maximalista, voltado à formulação de políticas públicas, e o minimalista, aplicado ao planejamento institucional e à gestão documental. No contexto de arquivos permanentes, especialmente os pessoais, o diagnóstico pode apresentar aproximações conceituais com a identificação documental, embora esta ocorra em momento posterior, tendo como finalidade o estudo da gênese e dos tipos documentais (Almeida & Pazin, 2018).

Lopes (2009, citado por Maran, 2023) comprehende os procedimentos metodológicos do diagnóstico arquivístico como um conjunto de ações voltadas à identificação de aspectos estruturais, técnicos e informacionais do acervo. Entre esses elementos, destacam-se o volume documental, os tipos documentais existentes, os conteúdos gerais, as formas de acondicionamento, a lógica original de organização, o uso de tecnologias da informação e as condições físicas e ambientais que impactam diretamente na preservação dos documentos. Esses dados, quando sistematizados, subsidiam a avaliação da situação do arquivo e orientam o planejamento das intervenções arquivísticas.

Olhando para gestão de documento, diagnóstico e sua relação com o acesso aos usuários, Maran (2023, pp. 84) afirma:

Proporcionar que as informações orgânicas sejam classificadas, filtradas, gerenciadas e controladas, para que se tornem acessíveis aos usuários é um grande desafio, que se inicia no diagnóstico de arquivo que, portanto, deveria ser contemplado como etapa obrigatória da gestão de documentos (Maran, 2023, pp.84).

No que refere-se, a atuação do arquivista no processo do diagnóstico de arquivo, Maran e Vitoriano (2024 , pp.82) entende:

O arquivista deve buscar nas teorias, metodologias e técnicas arquivísticas subsídios para implantar a gestão de documentos considerando todos os elementos de análise disponíveis. Para iniciar um trabalho com uma massa de documentos acumulada, é preciso se inteirar do ambiente que está inserido e para isso, a Arquivologia conta com o diagnóstico de arquivo (Maran & Vitoriano, 2024, pp.82).

Dessa maneira, o diagnóstico arquivístico assume precisamente um caráter propedêutico para a implementação de políticas de gestão, uma vez que estabelece as bases para a criação de instrumentos de organização. Nesse sentido, Gadelha (2017, pp.397) afirma que o conceito de diagnóstico apresenta uma relação direta com a prática da gestão de documentos, sendo considerado a primeira intervenção a ser realizada para viabilizar sua implementação.

Assim, a aplicação do diagnóstico arquivístico apresenta distintas abordagens metodológicas conforme seus objetivos específicos. Cabe ressaltar que a elaboração do diagnóstico arquivístico não se pauta em modelos preestabelecidos, mas depende da adaptação às particularidades de cada instituição, levando em conta sua estrutura organizacional e características documentais. De acordo com Gadelha (2017, pp.398), não há modelos padronizados nem soluções previamente definidas para a aplicação do diagnóstico, uma vez que cada organismo produtor apresenta especificidades próprias. Em sua dimensão mais ampla, o diagnóstico arquivístico apresenta estreita relação com as noções de preservação documental.

Lehmkuhl (2021) ressalta que, se por um lado o diagnóstico exerce a função introdutória de análise, mapeamento e definição de diretrizes documentais, por outro, relaciona-se intimamente com a concepção de preservação definida por Cassares e Moi (2000, pp.21) como “um conjunto de medidas e estratégias

de ordem administrativa, política e operacional que contribuem, direta ou indiretamente, para a preservação da integridade dos materiais”. Assim, sendo uma característica dinâmica e flexível do diagnóstico, permite-se que as soluções propostas estejam em consonância com a realidade institucional e promovam a otimização dos processos de organização, acesso e preservação documental, configurando-se assim como um instrumento indispensável para a gestão e eficiência dos sistemas arquivísticos contemporâneos.

2.5 Diagnóstico em Arquivos Pessoais: política de aquisição e o caso Leme

O diagnóstico arquivístico, ainda que concebido, primordialmente, como instrumento de gestão e planejamento, pode ser aplicado ao contexto dos arquivos pessoais. A abordagem é particularmente relevante para instituições de pequeno porte que carecem de recursos operacionais e humanos para a organização dos acervos após sua incorporação.

A análise de arquivos pessoais pode seguir a perspectiva de Gadelha (2017), segundo a qual cada instituição arquivística deve adaptar seus procedimentos à sua realidade específica. Nesse contexto, o diagnóstico permite a compreensão da totalidade da massa documental, incluindo a identificação dos gêneros e suportes que a compõem. Adicionalmente, possibilita a identificação de vestígios da ordem original, princípio que, conforme Macedo (2018), deve nortear a organização de acervos pessoais.

Para além do diagnóstico operacional, pode-se considerar um diagnóstico estratégico nas instituições, voltado ao mapeamento de políticas e diretrizes que favoreçam a preservação documental em médio e longo prazo. Dentro desse mapeamento, incluem-se aspectos como a estrutura física do arquivo, mobiliário, materiais de acondicionamento, recursos humanos, entre outros, assim como a definição de processos organizados que envolvam a setorização e a frequência das práticas no acervo.

O diagnóstico de arquivos pessoais, portanto, está presente em diferentes instrumentos de organização, seja em uma perspectiva macro, como no planejamento estratégico da unidade, seja em nível operacional, por meio da implementação de diretrizes e políticas aplicadas ao tratamento documental.

Para Lopes (2009), ao associar o diagnóstico arquivístico à gestão da informação, comprehende-se que seu objetivo ultrapassa apenas a descrição da situação documental acumulada ou desorganizada. O diagnóstico passa a ser entendido como uma ferramenta estratégica que busca identificar os problemas informacionais que se manifestam nos fluxos documentais da instituição, tanto em uma perspectiva ampla (maximalista) quanto pontual (minimalista).

Nesse sentido, o foco não está apenas na massa documental em si, mas na identificação de falhas estruturais nos processos de produção, uso e acesso à informação.

No contexto dos arquivos pessoais, o diagnóstico desempenha o papel de identificar questões relacionadas à acumulação e incorporação documental, mesmo que sua aplicação nem sempre esteja claramente delimitada nas etapas tradicionais da organização documental. Ainda assim, o diagnóstico está presente nas ações da instituição custodiadora, bem como nas práticas do profissional da informação responsável pela organização do acervo.

Nesse âmbito, o diagnóstico pode ser compreendido como uma etapa anterior à identificação documental, com escopo mais abrangente. Ele tem a função de fornecer diretrizes institucionais desde a avaliação da pertinência de incorporações até a análise das condições dos documentos.

Dessa forma, o diagnóstico contribui para o planejamento da gestão de arquivos pessoais, sobretudo no que se refere à incorporação de novos fundos ou coleções. Com base na proposta metodológica de Moneda Corrochano (1995), citada por Maran (2023), o diagnóstico de arquivos voltado ao contexto empresarial, e que pode ser adaptado aos arquivos pessoais, é composto por doze etapas.

As etapas são: Identificação da instituição; Identificação do acervo; Elaboração de projeto de trabalho; Quantificação do problema: análise dos fundos; Quantificação de problema: análise dos instrumentos de trabalho existentes; Quantificação do problema: Análises dos recursos de infraestrutura, recursos humanos e orçamento disponíveis; Análises da demanda da informação; Localização do arquivo dentro do sistema nacional e automático de arquivos; Redação de informe com diagnóstico e proposta de intervenção; Classificação e estudo dos tipos documentais: desenho da política de valores e seleção; Elaboração do manual de gestão e normalização dos processos de trabalho; Desenho do Sistema da Qualidade (Maran, 2023, pp.81-82).

A proposta metodológica de Moneda Corrochano (1995), para a implantação de serviços de arquivo, apresenta um modelo composto por doze fases inter relacionadas, que abrangem desde o diagnóstico inicial até o controle da qualidade dos serviços arquivísticos. A primeira etapa está centrada na identificação da instituição, compreendendo seu histórico, estrutura organizacional, objetivos e funções, de modo a assegurar o respeito ao princípio da proveniência. Em seguida, a autora propõe a identificação do acervo, com o levantamento preliminar das características do arquivo e dos fundos documentais existentes, incluindo os instrumentos de descrição e a legislação vigente. A terceira fase refere-se à elaboração do projeto de trabalho, a partir dos dados coletados nas etapas anteriores, contendo metas de curto, médio e longo prazo, além de uma estrutura para implantação, avaliação e controle das ações propostas.

Nas fases seguintes, Moneda Corrochano (1995) propõe um aprofundamento do diagnóstico por meio da quantificação do problema, com ênfase na análise dos fundos documentais, das condições físicas e ambientais do acervo, dos instrumentos de trabalho disponíveis e dos recursos de infraestrutura, humanos e financeiros. Essas

etapas visam fornecer ao arquivista um panorama detalhado da situação arquivística, orientando decisões relativas à preservação, à gestão documental e ao planejamento das rotinas administrativas.

A análise da demanda da informação, proposta na sétima fase, permite compreender o fluxo informacional na instituição e as necessidades dos usuários, por meio de questionários aplicados aos setores produtores de documentos, promovendo maior integração entre arquivo e instituição. Nas fases finais, a autora enfatiza a importância da inserção do arquivo nos sistemas automáticos, com base em diretrizes normativas, e propõe a elaboração de um relatório diagnóstico e uma proposta de intervenção com prazos, responsabilidades e metas definidas. Por fim, a criação de um manual de gestão e a estruturação de um sistema de controle da qualidade dos serviços prestados visam padronizar os procedimentos, garantir a continuidade das ações e promover a eficiência do serviço *arquivístico* (Maran & Vitoriano, 2024).

No contexto dos arquivos pessoais, e em consonância com os apontamentos metodológicos propostos por Moneda Corrochano (1995), o diagnóstico *arquivístico* deve considerar, desde o início, o universo documental incorporado à instituição, ou seja, seu planejamento deve ser iniciado ainda na fase de aquisição do acervo. Aplicando essa perspectiva ao caso do Arquivo Pessoal do fotógrafo Sebastião Carvalho Leme, objeto desta pesquisa, o diagnóstico deveria ter sido articulado já no momento da incorporação do acervo à Comissão de Registros Históricos de Marília.

Uma vez que a etapa inicial demandaria a elaboração de uma política de aquisição de acervos, que estabelecesse critérios claros de incorporação, bem como os instrumentos correlatos, como o termo de doação e uma listagem preliminar elaborada pelos familiares com as espécies e tipologias documentais presentes no conjunto. A listagem, ainda que informal, funcionaria como uma espécie de inventário inicial, oferecendo subsídios para o planejamento técnico e institucional, além de

permitir a identificação de eventuais necessidades de preservação emergenciais. Desse modo, a medida inicial também pode viabilizar, de forma preliminar, a construção de estratégias de preservação documental com base nas condições relatadas pelos doadores e na avaliação física imediata do acervo no momento da transferência.

No que refere-se a política de aquisição de acervos, Segundo Troitiño (2017, pp.41-47) a política de aquisição de acervos é um instrumento norteador que formaliza e orienta as práticas de instituições de custódia, especialmente os responsáveis pela guarda de documentos de valor permanente. Conforme a autora, a política excede a ampliação de coleções, uma vez que define o perfil do patrimônio documental que a instituição objetiva preservar, em entendimento com sua missão, valores e escopo de atuação.

A política deve, portanto, estabelecer diretrizes e critérios técnicos para os processos de avaliação, seleção, aquisição e preservação, bem como estipular os parâmetros para o descarte de itens não pertinentes ao acervo. Portanto, a implementação da política confere transparência e rigor técnico aos processos decisórios, assegurando a coerência do acervo e a preservação do patrimônio documental, notadamente no que concerne à incorporação de arquivos privados e pessoais de interesse público e social.

No que se refere ao diagnóstico no âmbito da instituição custodiadora, deve-se pensar no planejamento estratégico voltado à análise dos recursos disponíveis para a recepção, tratamento e custódia do acervo. Considerando o caso específico do arquivo de Leme, a Comissão de Registros Históricos deveria ter avaliado previamente as condições físicas de armazenamento em suas instalações, bem como planejado os recursos materiais e financeiros necessários, sobretudo tendo em vista que se trata de um acervo predominantemente fotográfico, com significativa presença de negativos, documentos que requerem condições específicas de conservação.

Esta etapa do diagnóstico deveria subsidiar a Câmara Municipal, órgão ao qual a Comissão

está subordinada, oferecendo informações para a previsão orçamentária e a alocação de recursos ao longo dos anos. Nesse sentido, o diagnóstico funcionaria também como instrumento de gestão, resultando em um plano de atividades detalhado, com ações de curto, médio e longo prazo, que orientassem os processos de tratamento técnico, preservação e difusão do acervo.

Outro contexto do diagnóstico é a análise do produtor, o que se mostra relevante em arquivos pessoais. A etapa deve estar ancorada nos princípios arquivísticos da ordem original e da proveniência, sendo necessário compreender a lógica de organização, a trajetória de acumulação e os contextos de produção documental. No caso do fotógrafo, a compreensão pode ser parcialmente construída por meio de entrevistas com familiares, consulta a registros biográficos e análise dos vestígios organizacionais presentes nos documentos. O levantamento dessas informações permite a elaboração de um instrumento de controle remissivo, um registro da organização original do acervo que pode orientar eventuais intervenções futuras e prevenir a descaracterização do fundo documental. Além disso, o entendimento da lógica organizacional adotada pelo produtor colabora para a etapa seguinte, de identificação documental, especialmente, no que se refere à gênese das fotografias e o entendimento dos contextos de sua produção documental.

Ademais, o diagnóstico também deve se estender à análise do próprio acervo, tanto em sua dimensão quantitativa quanto qualitativa. No que se refere a esta etapa, envolve o levantamento da massa documental, que poderá ser realizado por meio da metragem linear ou da contagem item a item, conforme a natureza e a complexidade do fundo. A partir disso, deve-se proceder à identificação dos gêneros e suportes documentais predominantes, com o objetivo de compreender a característica do conjunto documental e de desenvolver estratégias adequadas de preservação, acondicionamento e acesso. Assim, a análise deve incluir também a verificação do estado de conservação dos

documentos, para a proposição de medidas corretivas ou preventivas, conforme o grau de deterioração identificado. Em síntese, o diagnóstico arquivístico, quando executado com base em uma metodologia estruturada e multidimensional, como a proposta por Corrochano (1995, 1998), oferece um conjunto robusto de informações para a gestão eficaz de arquivos pessoais, assegurando a preservação da memória e o respeito à singularidade dos acervos produzidos por sujeitos individuais. Isto posto, o diagnóstico arquivístico, quando concebido de forma multidimensional, pode fornecer subsídios importantes para a incorporação e o planejamento institucional em contextos voltados à custódia de arquivos pessoais. A aplicação do diagnóstico não se limita às etapas operacionais de organização documental, mas se estende às fases iniciais da gestão, como a formulação de políticas de aquisição e o desenvolvimento de diretrizes estratégicas no âmbito institucional.

Dessa maneira, ao ser estruturado como um arcabouço metodológico, o diagnóstico permite a projeção de demandas financeiras, a definição de prioridades no tratamento técnico e a proposição de ações voltadas à conservação preventiva e à preservação de longo prazo, sobretudo em instituições que operam com acervos de caráter permanente.

Com base nessas premissas, A Figura 3, denominada como “Fases do Diagnóstico em Arquivos Pessoais”, sintetiza visualmente as principais etapas envolvidas no processo diagnóstico de acervos dessa natureza. O modelo proposto articula dimensões relativas à aquisição, à instituição custodiadora, ao produtor e ao acervo, abrangendo desde a elaboração de políticas de incorporação até o levantamento das condições físicas e informacionais da documentação.

Figura 3: Fases do diagnóstico em Arquivos Pessoais



Fonte: Elaboração própria (2025).

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa, realizada presencialmente no arquivo, apresentou uma abordagem qual-quantitativa, de caráter descritivo e documental, estruturada como um estudo de caso.

O universo da investigação correspondeu ao acervo pessoal de Sebastião Carvalho Leme, sob guarda da Câmara Municipal de Marília.

As técnicas de coleta de dados utilizadas incluíram observação participante, levantamento quantitativo e análise documental.

Como instrumento de coleta, foram definidos critérios específicos para a quantificação documental, como: fundo, localização/ordenação, gênero documental, cromia, suporte e total de itens. Apoiando-se em trabalhos anteriores, como de Casa de Oswaldo Cruz (2016); Camargo e Goulart (2007) e Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (1998).

Para o controle e o mapeamento dos dados, elaborou-se uma planilha em formato .xlsx, com objetivo de estruturar e sistematizar a mensuração do fundo de forma padronizada.

A análise dos dados envolveram o processamento das informações da planilha para mensurar o acervo, determinar a distribuição quantitativa e percentual por gênero documental e analisar a organização dos itens conforme a classificação original do produtor.

4 Resultados Finais

O presente estudo teve como objetivo a quantificação e categorização do acervo composto por 30.101 itens documentais, no período de setembro de 2023 a abril de 2024, totalizando oito meses de trabalho de campo. Durante esse período, foram identificadas 38 unidades de acondicionamento, entre caixas e pastas, contendo negativos fotográficos provenientes de diferentes contextos de produção vinculados ao produtor.

A organização do material seguiu a classificação previamente estabelecida por

Sebastião Carvalho Leme. Foram identificadas atribuições feitas pelo produtor às caixas e pastas, resultando em 12 categorias temáticas, cada uma correspondendo a um segmento da produção fotográfica: Fotografias Artísticas, Fotografias Institucionais, Fotografias de Cidades, Fotografias Comerciais, Fotografias Aéreas, Fotografias de Instituições de Ensino, Fotografias Familiares, Fotografias de Invenções, Fotografias de Animais, Fotografias de Paisagens, Fotografias de Trabalho/Profissional e Fotografias em 360º.

A primeira categoria, denominada Fotografias Artísticas, composta por sete unidades,

contém experimentações visuais com técnicas

de iluminação, edição e enquadramentos.

A categoria Fotografias Institucionais, com seis unidades, documenta eventos promovidos por instituições públicas e privadas, como inaugurações e celebrações. A identificação documental, em etapa posterior, poderá indicar vínculo profissional do produtor no momento da produção, bem como a motivação para a guarda desses registros e os critérios adotados para sua separação.

As Fotografias de Cidades, distribuídas em quatro unidades, registraram áreas urbanas relacionadas à atuação geográfica do produtor. Já as Fotografias Comerciais, em três unidades, correspondem a registros produzidos para fins publicitários ou corporativos. As Fotografias Aéreas, em duas unidades, apresentam imagens de áreas urbanas e rurais, com foco em municípios da região Centro-Oeste do estado de São Paulo.

No campo educacional, duas unidades foram identificadas como Fotografias de Instituições de Ensino, contendo registros de infraestrutura e atividades desenvolvidas nesses espaços.

As Fotografias Familiares, também em duas unidades, apresentam eventos e interações entre membros do núcleo familiar do fotógrafo. As Fotografias de Invenções, igualmente em duas unidades, registram dispositivos e objetos desenvolvidos pelo produtor.

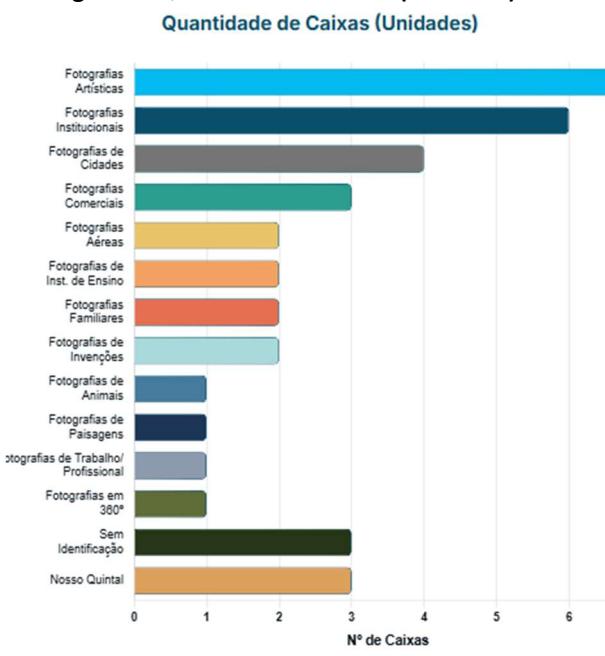
A categoria Fotografias de Animais, com uma unidade, documenta espécimes em ambientes naturais. As Fotografias de Paisagens, também com uma unidade, apresentam registros de

ambientes externos, com predominância de vistas panorâmicas.

As Fotografias de Trabalho/Profissional, reunidas em uma unidade, correspondem a imagens com finalidade comercial. Já as Fotografias em 360º, também em uma unidade, foram produzidas com equipamento desenvolvido pelo produtor, caracterizando-se pela captura em ângulo circular.

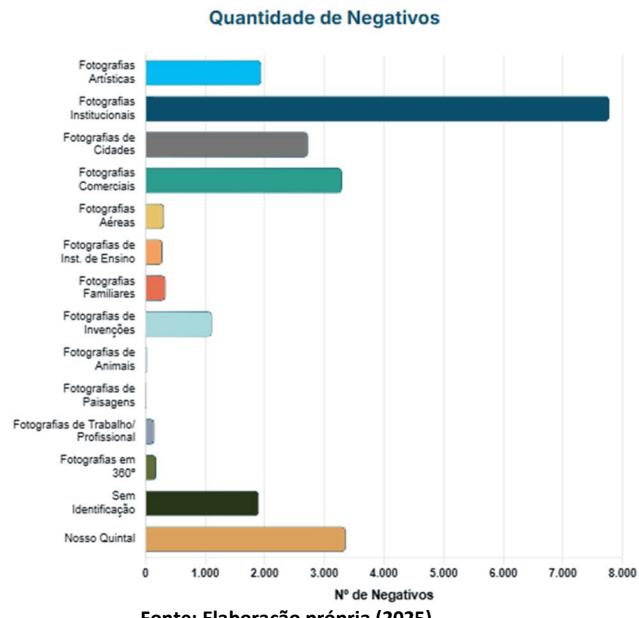
Além das categorias definidas pelo produtor, foram identificadas seis caixas sem classificação original. Três dessas unidades foram agrupadas sob a denominação "Sem Identificação", contendo negativos não organizados, anteriormente rotulados como "Vários Negativos". As outras três, identificadas como "Nosso Quintal", referem-se a materiais reutilizados por uma empresa audiovisual para produção cinematográfica, sem relação direta com o contexto de origem.

Figura 4: Quantidade de caixas (unidades)



Fonte: Elaboração própria (2025).

Figura 5: Quantidade de negativos



Fonte: Elaboração própria (2025).

A análise dos dados do acervo fotográfico de Leme, a partir dos gráficos de "Quantidade de Caixas (Unidades)" e "Quantidade de Negativos", expõe uma dualidade fundamental entre a lógica de organização do produtor e a intensidade de sua produção. Assim, a interpretação comparativa destes dados propõe distinguir a estrutura conceitual em que o fotógrafo impôs ao seu trabalho da prática profissional que constituiu o seu principal volume de atividade. Podendo, assim, refletir que a organização física do arquivo nem sempre corresponde à densidade de conteúdo de suas categorias, sendo um panorama preliminar sobre as prioridades arquivísticas (atividades) e produtivas do fotógrafo.

Em consequência, a distribuição das unidades de acondicionamento (caixas) indica uma separação física do acervo baseada em categorias documentais previamente definidas, pelo próprio produtor. A categoria "Fotografias Artísticas" concentra o maior número de unidades (7), seguida por "Fotografias Institucionais" (6). De modo, que a distribuição sugere que o trabalho de cunho artístico recebeu uma atenção particular em sua segmentação física, possivelmente separado por projetos, técnicas ou ensaios específicos, no qual, apenas a identificação documental, etapa após o diagnóstico, poderá verificar se essa organização

corresponde a uma lógica de produção ou funcionalidade atribuída pelo produtor.

Em contrapartida, a análise do volume de negativos altera a relação observada anteriormente entre as categorias documentais, indicando uma concentração expressiva da produção fotográfica em contextos determinados. A categoria "Fotografias Institucionais" apresenta o maior quantitativo, com um total de 7.782 negativos, seguida por "Nosso Quintal", com 3.364 negativos, e "Fotografias Comerciais", com 3.299.

A diferença entre a quantidade de unidades de acondicionamento e o número de negativos sugere a aplicação do conceito de densidade documental. Enquanto a categoria "Institucionais" concentra, em média, aproximadamente 1.297 negativos por caixa, a categoria "Artísticas" apresenta média inferior, com cerca de 278 negativos por unidade de acondicionamento.

Esse dado permite indicar que as práticas fotográficas voltadas a demandas institucionais e comerciais apresentaram maior volume e frequência, sendo armazenadas de maneira mais concentrada em relação às demais categorias.

Dessa forma, a identificação documental nos documentos profissionais deverá analisar a fotografia como fruto de atividades financeiras, assim entendendo o motivo de produção que gerou as fotografias.

Após o mapeamento das caixas e a definição das categorias temáticas, foram estabelecidos os critérios para a contagem da massa documental total do acervo. Os parâmetros adotados para essa mensuração foram: fundo, localização/caixa (respeitando a ordenação original), gênero documental, suporte, formato, cromia e total de itens.

O critério fundo refere-se ao conjunto de documentos provenientes de uma mesma origem, resultante das atividades de uma entidade ou indivíduo, conforme definido pelo *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (DBTA, 2005, pp.97). Já a localização/caixa baseia-se na disposição física atribuída pelo próprio produtor no momento do arquivamento da massa documental,

respeitando a organização original proposta por ele.

O gênero documental é compreendido como a configuração assumida pelo documento segundo o sistema de signos adotado na comunicação de seu conteúdo, podendo assumir formas textuais, iconográficas, cartográficas, entre outras (Camargo & Bellotto, 1996). O formato abrange as características físicas de apresentação, técnicas de registro e estrutura informacional do documento, conforme conceituado no DBTA (2005, pp.94).

O suporte é entendido como o material sobre o qual a informação é registrada, como papel, vidro ou filme fotográfico, de acordo com a definição do DBTA (2005, pp.159). A cromia refere-se à coloração predominante do documento, permitindo classificações entre imagens monocromáticas e policromáticas, conforme discutido por Camargo (2007). Por fim, o total de itens representa a menor unidade documental, intelectualmente indivisível, mesmo quando integrada a dossiês ou processos maiores (DBTA, 2005, pp.110).

Após serem quantificados a partir dos critérios metodológicos, foi possível relacionar os gêneros documentais que compõem o acervo e sua somatória.

Quadro 1: Mensuração por Gênero documental

Gênero	Total de Itens
Iconográfico	27.461
Textual	2.176
Bibliográfico	320
Realia	101
Audiovisual	40
Cartográfico	2
Total	30.101

Fonte: Elaboração própria (2025).

O levantamento identificou a predominância do gênero iconográfico, correspondendo a 91,23% do total dos documentos, contra 7,23% do gênero textual. A disparidade quantitativa reforça a necessidade de priorizar procedimentos futuros para identificação e contextualização alinhadas às características (técnicas e linguagem) e motivo de produção das fotografias.

A partir do levantamento realizado quanto aos suportes presentes por gênero documental,

identificou-se a utilização de diferentes materiais, conforme a natureza de cada tipo documental.

No gênero iconográfico, constatou-se a predominância de negativos em suporte plástico (acetato de celulose) e ampliações fotográficas, incluindo formatos específicos como imagens panorâmicas, slides, cromos e diapositivos.

Nos gêneros textual, cartográfico e bibliográfico, verificou-se a presença majoritária de documentos em papel, bem como recortes de jornais, periódicos, livros e folhetos. No gênero audiovisual, foram identificadas fitas magnéticas do tipo VHS.

Por fim, o gênero realia apresentou objetos confeccionados como metal, vidro, couro, plástico e acrílico.

5 Considerações Finais

O diagnóstico mensurativo possibilitou o reconhecimento da proporção e características do acervo, possibilitando à instituição compreender a composição total. A partir desses dados, foi possível planejar a aquisição de materiais de acondicionamento compatíveis com os suportes identificados, especialmente no contexto de um fundo majoritariamente fotográfico.

Além disso, o levantamento contribuiu para o planejamento da etapa subsequente, a identificação documental, compreendendo as conexões entre os gêneros e os motivos de acumulação e produção. Assim, o estudo contribuiu para reconhecer a estrutura do fundo e alinhar as ações às práticas institucionais, subsidiando a tomada de decisões voltadas à preservação e organização do acervo.

Recomenda-se à Comissão de Registros Históricos pensar em uma Política de Aquisição de Acervos, bem como determinar o perfil do acervo que possa vir a ser incorporado.

Dessa forma, os objetivos da pesquisa foram alcançados, ao realizar a quantificação, identificar os gêneros e suportes documentais predominantes e fornecer subsídios para o planejamento e medidas de preservação, contemplando aspectos técnicos e estruturais da instituição.

Ainda sim, devido a escassez de estudos no âmbito da temática, sugere-se cada vez mais investigações, como forma de contribuir para com a literatura e desenvolvimento da área.

Referências

- Almeida, M. F. I. D., Valentim, M. L. P., & Vitoriano, M. C. C. P. (2020). Padronização da terminologia arquivística: o diagnóstico de arquivo em foco. *Ágora: arquivologia em debate*, 30(61).
- Almeida, M. F. I. De, & Vitoriano, M. C. D C. P. (2018). Diagnóstico de arquivos e mapeamento da informação: interlocução da gestão documental com a gestão da informação. *Em questão*, 24(3), 68–95. <https://seer.ufrgs.br/index.php/emquestao/article/view/75830>.
- Assis, A. (2009). Um lampião dentro da mala: o arquivo pessoal de Octávio Pacheco – memória e autobiografia [dissertação de mestrado, Universidade Federal de São João Del Rei]. Universidade Federal de São João Del Rei, Bases de Teses e Dissertações – BDTD.
- Bellotto, H. L. (1991). Arquivos permanentes: tratamento documental (4^a ed.). A. Queiroz.
- Bellotto, H. L. (2006). Arquivos permanentes: tratamento documental. Editora FGV.
- Brasil. (2005). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Arquivo Nacional.
- Brasil. (2006). NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Arquivo Nacional.
- Britto, A. C. L., & Corradi, A. A. (2017). Considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais. *PontodeAcesso*, 11(3), 148–169.
- Camargo, A. M., & Bellotto, H. L. (1996). Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz.
- Camargo, A. M., & Goulart, S. (2007). Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: instituto fernando henrique cardoso.Campos, J. F. G. (2013). Arquivos pessoais, acesso e memória: questões em pauta. *Informação & Informação*, 18(2), 150-167. <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2013v18n2p150>.

- Casa de Oswaldo Cruz. (2016). Manual da organização. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz.
- Cassares, N.C., & Moi, C. (2000). Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas. São Paulo: arquivo do estado / imprensa oficial.
- Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do brasil. (1998).
- Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do cpdoc. Editora FGV.
- CPDOC. (1998). Metodologias de organização dos arquivos pessoais – a experiência do CPDOC (4^a ed.). Editora FGV,
- Crivelli, R., & Bizello, M. L. (2021). Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil. *Acervo*, 34(1), 131-153.
- Delmas, B. (2010). Arquivos para quê? Textos escolhidos. Instituto Fernando Henrique Cardoso.
- Fernandes Junior, R. (2003). Labirintos e identidades: panorama da fotografia no Brasil (1946-1998). Cosac & Naify.
- Flusser, Vilém. (1985). Filosofia da Caixa Preta (pp.92). Hucitec.
- Fundação Oswaldo Cruz. (2015). Manual de organização de arquivos pessoais. Fiocruz/COC.
- Gadelha, A. S. (2017). O diagnóstico em arquivos e sua relação com a gestão de documentos no setor público. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, 13, 395-418.
- Heymann, L. (2013). Arquivos pessoais em perspectivas etnográficas. *Travancas et al. Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa* (pp.284). Fundação Getúlio Vargas.
- Le Goff, J. (1993). História e memória. Unicamp.
- Lehmkuhl, C. S. (2021). Registros civis no brasil frente às funções arquivísticas [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Bases de Teses e Dissertações – BDTD..
- Lehmkuhl, C. S., & Rodrigues, J. V. (2024). Preservação/conservação de plantas de engenharia: elaboração de instrumento para diagnóstico arquivístico. *Archeion online*, 12(1).
- Lima, M. L. (2009). A gênese do arquivo fotográfico de Sebastião Leme: uma leitura da acumulação [tese de doutorado], Universidade Estadual Paulista. Repositório da Universidade Estadual Paulista, Lopes, I. C. (2009). A nova arquivística na modernização administrativa. Brasília: projecto editorial.
- Lopez, A. P. A. (2003). Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. *Gragoatá*, 8(15).
- Macedo, P. L. P. (2018). Um estudo sobre o princípio da ordem original em arquivos pessoais [tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense]. Bases de Teses e Dissertações – BDTD.
- Maran, M. F. I. A. (2023). Mapeamento Arquivístico: uma proposta conceitual e metodológica para ambientes organizacionais [tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório, Universidade Estadual Paulista.
- Maran, M. F. I. A. & Vitoriano, M. C. C. P. (2024). Mapeamento arquivístico: uma proposta conceitual e metodológica para ambientes organizacionais. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 14(3), 194-208. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/72424/40791>
- Martins, P. R., Lunardelli, R. S. A., & Aleixo, D. V. B. S. (2023). Organização de arquivos pessoais: uma revisão de teoria e práticas. *Officina – Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo*, 2(2), 85-108. <https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivis/article/view/77/59>.
- Moneda Corrochano, M. (1995). El archivo de empresa: un concepto integrado. Em A. A. Ruiz Rodriguez . (Ed.), manual de archivística (pp. 235-262). Madrid: Sintesis.
- Paes, M. L. (2004). Arquivo: teoria e prática (3^a ed.). Editora FGV.
- Silveira, J. (2013). Escritas de si e memória social: o arquivo pessoal de Coriolano Benício. *Revista Ágora*, 23(47), 140-161. Sousa, R. T.B. , Araújo Júnior, R. H., & Leite, c. H. (2024). Diagnóstico da situação arquivística: um modelo conceitual. *Informação arquivística*, 9(1), 53–77. <https://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/165>.
- Troitiño, S. M. R. (2017). De interesse público: política de aquisição de acervos como

instrumento de preservação de documentos.
Revista do Arquivo, 2(4), 41-48.
<http://arquivistica.fci.unb.br/au/de-interesse-publico-politica-de-aquisicao-de-acervos-como-instrumento-de-preservacao-de-documentos/>.

NOTAS

¹ Filme dirigido por Rodrigo Grotta e produzido pela empresa audiovisual Nosso Quintal. Disponível em:
<https://sebastiaoleme.com.br/index.php/cinema/>

.